

O RUMOR E O TERROR NA CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS DE VULNERABILIDADE NA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Anelise dos Santos Gutterres

Introdução

Nascida e criada¹ no morro da Providência, na área central do Rio de Janeiro, Margarida² era uma pessoa muito conhecida na favela e também por aqueles que moravam fora dela. Para os primeiros, era a Tia Margarida, que havia ensinado dezenas de jovens a ler e a escrever na sala de sua casa, localizada na ladeira do Barroso, área de concentração de comércio e circulação de pessoas. Para os segundos, era Margarida — a guerreira, a lutadora — integrante de uma pequena comissão de moradores, criada em 2011, para contestar a lisura das obras do Morar Carioca (Programa Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais), previstas para as localidades de Cruzeiro, Escadaria, AP, Grotta, Ladeira do Barroso, Ladeira do Farias. Sentamos por diversas vezes para conversar no retorno das reuniões promovidas por uma rede de apoiadores³ desta Comissão: no sofá de sua casa, pelo telefone, ou debruçadas no muro que dava para a rua e que ela chamava de “meu camarote”,⁴ já que dali tínhamos uma vista privilegiada da circulação no morro.

Tinha se acostumado também a dar entrevistas, trechos de seus depoimentos já tinham circulado em reportagens e documentários⁵ que expuseram as ameaças de remoção e a remoção de moradias na Providência. Quando pergunto a ela sobre os caminhos que a levaram a ser a “guerreira” conhecida dentro e fora da favela, ela faz questão de associar o seu “começo” na luta ao dia em que se deram as primeiras iniciativas da Prefeitura Municipal para removê-la dali, no ano de 2011. Margarida guardava em pastas cada recorte de jornal, cada protocolo de atendimento, cada carta da Secretaria Municipal de Habitação (SMH), cada papel que recebia como notificação para desocupar um imóvel que levasse o seu nome ou de sua comunidade.⁶ A forma como ela se referia a essa guarda de documentos tinha a ver com

o que talvez ela desejasse daquela nossa conversa: uma garantia de que estava “tudo aqui gravado”. Sentada em minha frente, e entre nós a pequena câmera de vídeo que usei para este registro, Margarida disse: “o meu começo começou na minha porta, aquela marcação da Secretaria Municipal de Habitação. Aí passaram uns tempos, aí começou o *terror psicológico*. Eu vou te mostrar aqui o que é o *terror psicológico*”, trazendo para o centro da mesa uma pasta recheada de recortes e papéis.

Na pesquisa realizada em meu doutorado, da qual este artigo é um desdobramento, observamos a existência de um discurso de esvaziamento que produz concomitantemente a urgência de um preenchimento, em uma trampa que cria, portanto, zonas com potencial de gentrificação.⁷ Chamado também de “revitalização” (Zukin 1987), o processo tem como objetivo a realização de empreendimentos urbanos específicos: “construção de hotéis, restaurantes, bares, discotecas, boutiques” (Salinas 2013:288); centros empresariais; moradia para uma população de médios e altos recursos.⁸ Ele é promovido pelas prefeituras, pelos governos e o empresariado, que executam as obras sob o eufemismo acrítico da “restauração”, “regeneração”, “reabilitação”, “revalorização” de zonas residenciais e não residenciais, que são geralmente alçadas a “áreas de valor histórico” após a escassez da atividade industrial e do comércio formal que nelas há ou havia, ou em torno delas.

Esse fenômeno de “comercialização” de espaços urbanos — e que supõe um investimento público e privado em áreas centrais das cidades, como já destacou Herzer (2008) — vem sendo pensado a partir das transformações ocorridas no fim do século XX e início do século XXI nas metrópoles latino-americanas. A modificação dos usos, provocada por essas *reformas* e, conseqüentemente, a remoção de moradores — 1. de áreas industriais ou fabris; 2. dos primeiros centros urbanos de expansão do capitalismo nas “cidades latino-americanas”;⁹ 3. das zonas de produção de mercadoria onde resistem “construções castigadas pelo tempo” (Jacobs 2000:331); 4. das áreas de cortiços e de moradia de pobres — converteram-se, portanto, em um fenômeno para as ciências humanas.¹⁰

Desde a década de 90, a zona portuária do Rio de Janeiro vem paulatinamente se configurando em uma dessas zonas em processo de “enobrecimento”, processo esse que tomou grandes proporções com a implementação da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro (OUCPRJ),¹¹ considerada pela Prefeitura Municipal como a maior Parceria Público-Privada (PPP) do Brasil, abrangendo uma área de 5 milhões de m², em um contrato de R\$ 7,6 bilhões, a ser executado em um prazo de 15 anos. É relevante ressaltar que a intenção de modificar a população da área do porto — elegendo certos usos socio-históricos da região em detrimento de

outros, desconstruindo também a sua "vocação portuária"¹² — não se deu a partir deste projeto, o que   sentido de forma bem particular pelos moradores do morro da Providência.

De acordo com nossa pesquisa, as modifica es na área teriam alguns marcos importantes, como, por exemplo, o decreto 7351, de 14 de janeiro de 1988, que regulamenta uma área de Prote o Ambiental (APA), com pretensão de criar um "sítio histórico" na região. A  rea foi delimitada englobando logradouros dos bairros de Santo Cristo, Saúde, Gamboa e parte do Centro, e ficou conhecida como "projeto SAGAS"¹³ — os limites do Porto Maravilha seguem praticamente as mesmas referências desse primeiro projeto para a  rea. Dos cinco morros da zona, quatro tiveram casarios indicados para preserva o patrimonial nesse período — da Concei o, da Saúde, do Livramento e do Pinto — em uma listagem com cerca de 2 mil imóveis, conforme descrito por Guimarães (2011:24).

Considerada pela literatura sobre o tema como a primeira favela do Brasil,¹⁴ o morro da Providência foi nesse contexto transformado em um "genérico de origem" das demais favelas cariocas, como ressaltou Freire-Medeiros (2007). Este pioneirismo corroborou para a "patrimonializa o" da Providência, convertendo-a em atra o turística através do Museu a Céu Aberto da Providência,¹⁵ idealizado pela arquiteta Maria Lúcia Petersen, em 2005, como desdobramento do programa habitacional Favela-Bairro.¹⁶ Em entrevista divulgada em 2007,¹⁷ no entanto, a arquiteta destaca que a manuten o das visitas ao morro tinha um grande empecilho: os sucessivos tiroteios na região. Buscando dar continuidade ao Museu, foi instalado na Providência, no final de 2006, o Grupamento de Policiamento em áreas Especiais (GPAE), cuja a o policial e de comando foi considerada pelos moradores como truculenta e excessiva. Como observamos em outro trabalho, o GPAE na Providência inaugura uma estratégia que seria posteriormente replicada com a instala o de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) nas favelas que receberam ou receberiam investimentos relacionados   "urbaniza o", como o Programa de Acelera o do Crescimento (PAC), o Minha Casa Minha Vida e o Morar Carioca.

Integrado ao conjunto de projetos do Porto Maravilha, o Programa Morar Carioca foi o único programa de moradia popular e regulariza o de favelas vinculado pelos moradores   remo o de moradias. Outros dois foram implementados na Providência: o Cada Família um Lote¹⁸ e o já citado Favela-Bairro. Aqueles que não saíram das casas viram as interven es transformarem as condi es de moradia na favela e, após sucessivos reenquadramentos promovidos pelas diferentes obras no local, o custo de manuten o da casa alugada aumentou. Observando as mudanças na região

ao longo dos últimos vinte anos, nós nos aproximamos da noção de marco epistemológico de Judith Butler (2010), buscando evidenciar as relações de poder que o definem e que determinam em contrapartida aquelas e aqueles que estarão fora desses enquadres.

Para esta autora, são os marcos que estabelecem a inteligibilidade da vida,¹⁹ pois neles percebemos como ela é reconhecida pelas engrenagens de poder, enxergando, portanto, os grupos e os territórios que estão fora do marco. Pensar os locais, como a favela da Providência e seus arredores, como áreas que tensionam esses enquadramentos — realizados pela governamentalidade promotora das reformas e da “urbanização” — é chamar a atenção para a fabricação de normas, lineamentos que definem como o espaço será narrado e quem vive ou viverá nele, mas também evidenciar que vida está sendo ressaltada quando se fala em “revitalização”. Aproximar as reflexões de Butler do debate sobre criação de territórios e do que estamos chamando de processo de *desabituação* é buscar uma chave para a compreensão desses fenômenos, observando os modos de regular disposições afetivas através do enquadre, nas palavras da autora, de uma violência seletiva e diferencial.

A razão de Estado é precisamente uma prática, ou antes, uma racionalização de uma prática (Halbwachs 2006:172), e aqui estamos entendendo a governamentalidade (Foucault 2008) como uma orientação dada por algumas tecnologias, da qual a *desabituação* faz parte. Para Foucault (2008:9), o Estado é “o correlato de certa maneira de governar”; por essa razão, devemos nos questionar sobre como se desenvolve essa maneira de governar, “qual a sua história, como ela ganha, como ela encolhe, como ela se estende a determinado domínio, como ela inventa, forma, desenvolve novas práticas”. O autor observa que não se trata de um governo específico ou de instituição específica desse governo, mas de algo que está assentado enquanto orientação de governamentalidade, que perpassa governos, trajetórias políticas e até mesmo regimes políticos.

Esses sucessivos enquadramentos e desenquadres produzidos pelas “reformas urbanas” integram o que viemos investigando em torno das práticas de Estado na construção de territórios de vulnerabilidade, compondo tecnologias que estão na origem do Estado-nação brasileiro²⁰ e suas lógicas diferenciadas de cidadania. Tentaremos neste artigo abordar algumas dessas práticas através do rumor e do terror que compõem o processo de *desabituação*. Nossa proposta é refletir sobre a permanência de tais táticas moralizantes na transformação de determinados espaços a partir de narrativas²¹ elaboradas na interlocução com moradoras ameaçadas de remoção pelas obras ligadas ao projeto Porto Maravilha no morro da Providência e arredores.

Os vazios urbanos e o senso de crise

Em uma orientação antitética na modelagem das reformas urbanas da cidade, notamos que dentro dos limites do projeto Porto Maravilha houve na região da Providência a produção de ruínas, de escombros produzidos concomitantemente às obras de "revitalização". Essa produção corroborou para a noção de que a favela era um espaço abandonado, "mal frequentado", atributos morais que acabam por definir territorialidades e experiências dos sujeitos que aí vivem em relação ao restante da cidade; são marcos epistêmicos articulados com mudanças na legislação sobre a área do porto e que também criam territórios.

Sob o efeito de uma "sensação de crise" do modelo produtivo, zonas como o Porto do Rio passaram por um processo de transformação que gerou um descenso na circulação de uma burguesia urbana que passa a habitar outros espaços citadinos, modificando a ocupação de prédios, quadras, ruas, espaços públicos e privados. É destacado por Veena Das a importância de observar essas "sensações de crise"²² enquanto uma criação que gera pânico, sugere comparações entre os grupos, manipulação dos rumores, atuando como elemento crucial na reelaboração das narrativas sobre sujeitos, espaços e eventos. Em nossa pesquisa, notamos que esse sentimento de crise levou concomitantemente à caracterização dessas zonas como áreas de marginalidade, de degradação ou degradadas, zona de circulação de pobres, como já descreveram Herzer (2008) e Salinas (2013) ao observarem outros contextos similares ao nosso.

A construção discursiva²³ pró-gentrificação reverberou nas falas públicas dos governantes, criando-se a ideia de um descenso populacional, um esvaziamento sem precedentes na área e, finalmente, a existência de "vazios urbanos" na região. Há uma discursividade homogeneizante que descarta as diversidades locais e justifica o fato de que o esvaziamento suprimiu a vida nesses lugares, quando, muitas vezes, são os próprios governos que atuam objetivamente na produção desse esvaziamento através de incêndios suspeitos²⁴ e do conhecido Choque de Ordem,²⁵ que vem ocorrendo no Rio de Janeiro desde 2010. São discursos que justificam novas apropriações do espaço em *arranjos temporais* (Benjamim *apud* Gagnebin 1994), que não reconhecem as habitações ali existentes como legítimas e vêm reconfigurando os diferentes territórios contidos nessas zonas.

Observamos que as mudanças no perímetro do Porto Maravilha têm como orientação a reprodução de táticas moralizantes na transformação do espaço, uma urbanização disruptiva e especulativa que investe politicamente na noção do novo e do moderno como argumento para mudança. Contradi-

toriamamente, o novo dá continuidade a um processo orientado para desabitar, forçando o deslocamento, promovendo segregações espaciais, zonas de *checkpoints*, reatualizando o que já vem ocorrendo desde a construção e as primeiras reformas das metrópoles latino-americanas.

Ao descrever a intencionalidade dos procedimentos de revista e prevenção aos ataques a bomba em Colombo, no Sri Lanka, Jeganathan (2004) nos auxilia na compreensão dos "checkpoints" como zonas morais que desenham qualidades negativas e de desconfiança sobre determinadas populações e grupos, e que condicionam a circulação e a ocupação de espaços, especialmente os urbanos. Para o autor, há nesses locais e nessas situações uma antecipação da violência (:68) por parte dos governos que expõem marcações em determinadas pessoas e territórios, limitando a circulação e estigmatizando grupos específicos.

Para nós, esta perspectiva é iluminadora para pensar as marcas que vão produzindo os territórios e os grupos que os habitam, principalmente em relação à remoção de moradias e aos deslocamentos forçados, o enquadre das políticas de urbanização e a concepção das favelas como lócus da militarização.

A episteme da revitalização e os "cenários de guerra"

Notamos que uma noção de urbanização foi condutora da variabilidade no enquadramento e no desenquadre de lugares na região da zona portuária, promovendo um crescente movimento de *desabitação*. É uma retórica que justifica o enobrecimento, destacando a hostilidade, o vazio, o abandono e a ruína a fim de criar uma Área de Especial Interesse Urbanístico que, concomitantemente, produz os lastros e expõe assinaturas de ilegalismos e "descasos" do Estado promotor da urbanização. São então criados locais específicos nesta mesma Área de Interesse que são assinalados como restos de obra e de demolições, imóveis incompletos por licitações não concluídas, equipamentos urbanos inacabados, abandonados. Há, portanto, uma seletividade na produção desses espaços urbanos gentrificados que acaba por reconfigurar simultaneamente lugares vizinhos em ruínas ou escombros.

Detendo-nos nas imagens que orientam a execução desses projetos, somos instigados pela obra de Gilbert Durand (2002) a classificar essa seletividade a partir de princípios e lógicas de exclusão e contradição, que se caracterizam por uma representação objetivamente heterogeneizante — espaços divulgados como plurais que promoverão o aumento de circulação de pessoas, que serão "devolvidos" às cidades, ou que serão finalmente

“abertos para a cidade”, o cidadão, a população; e subjetivamente homogeneizante — já que em uma antítese polêmica são espaços construídos para circulação e usufruto de um grupo de cidadãos selecionado moralmente para o consumo dos equipamentos e opções de compras e lazer oferecidos pela nova reforma, vidas elegidas para ocupar o ambiente revitalizado.

Ao observar essa esquizofrenia²⁶ que move a produção simultânea de espaços e lugares sobre os quais estamos refletindo, urge observar aquilo que é coproduzido pelo empreendimento principal, conforme a sugestão de Butler (2009:24): é necessário “enquadrar o marco”, buscando demonstrar o que é escolhido para ser incluído no lado interior e o que resta no lado exterior da moldura. Temos, portanto, olhado para esses “restos”, esses lugares produzidos concomitantemente às obras de revitalização, como pequenas inscrições²⁷ da trajetória e da atuação do corpo do Estado nos territórios, principalmente através das secretarias de Habitação e de seus operadores. A leitura dessas inscrições persegue narrativas de trauma e rompimentos da relação do Estado com os sujeitos que convivem com os escombros, os restos, pois a partir dessa mirada podemos nos aproximar de uma reflexão sobre como a “revitalização” é uma episteme, já que ela traz consigo a vida aí significada. É importante destacar que estamos compreendendo o Estado em seus múltiplos aspectos, em suas múltiplas “assinaturas”, como propõe Veena Das (2004:226), a entidade racional que está presente na estrutura das regras e das regulações incorporadas na lei e nas instituições que as implementam; e as “mágicas”²⁸ nas quais as práticas do Estado figuram, principalmente em favelas e periferias, através de rumores, representação mimética, obscuridade e poder.

A análise dos papéis entregues aos moradores pelos representantes do estado do Rio de Janeiro, das ordens de despejo, dos processos e dos percursos de idas e vindas — desde a Defensoria Pública até a Secretaria de Habitação e a concessionária responsável pela administração da área — foi um dos modos com que observamos essa *forma* de agir, essa assinatura do Estado nos territórios, produzindo vazios, preenchimentos e necessidades de remoção realizados por intermédio de dispositivos legais, audiências públicas, cadastramentos, intimações, reuniões. Como preconiza Veena Das (2004:240), nossas vidas em geral são permeadas por documentos,²⁹ que determinam a forma da nossa existência, onde podemos ou não podemos circular, e demarcadas por papéis e processos. Esses papéis eram colocados embaixo da porta dos moradores, entregues por pessoal não uniformizado que rondava a comunidade na promoção do terror e através de ameaças. Nesses documentos, porém, havia carimbos, cabeçalhos com endereço e telefone da Prefeitura, assinaturas e informações sobre aquele que os

recebiam. Conforme observamos, quem os entregava eram geralmente moradores e ex-moradores, conhecidos por serem “favorecidos” por órgãos ligados à Prefeitura ou ao governo do estado do Rio de Janeiro. As ameaças de remoção, as remoções, os deslocamentos forçados são relatados em forma de testemunho, mas também por meio desses documentos guardados, que são considerados “provas” do controle do Estado sobre a manutenção da precariedade de suas vidas.

A guerra — ponto de que parte Judith Butler (2009, 2010) para a reflexão sobre as vidas que merecem reconhecimento, as vidas que são choradas e aquelas que não o são — enquanto metáfora de uma situação de trauma e de uma situação de confronto, é evidenciada por nossas interlocutoras ao relatarem algumas experiências de suas vidas na favela. O trauma é relevante no recorte e na demarcação dos pontos de amarração expostos nos relatos e que produzem a narrativa da resiliência. Conforme notamos em outro escrito, o uso desta noção busca evidenciar o desejo da permanência na casa a partir da reestruturação de um “emocional” que se fortalece para suportar a dor. Dialogamos, portanto, com a noção de resiliência para explicitar uma temporalidade de resistência dessas habitantes, noção esta que primava por uma performance não pública dos interlocutores em busca de energia, razões, afetos, fé que pudessem nutri-las para “seguir em frente”, seguir com dignidade. Iam, porém, em busca de que ela fosse reconhecida pela racionalidade de Estado, pelas instituições e seus funcionários, pela mídia enquanto fábrica das noções que orientam o caráter e a forma da modernidade (Hall 2006). A afirmação que escutamos dessas interlocutoras quando reivindicavam a permanência justificando que não podiam sair pois “a minha vida está aqui” denuncia a retórica do “vazio urbano” e a episteme da revitalização, que é executada por procedimentos ilegais de remoção de moradias, produzidos através de meios formais.

Como temos ressaltado, a remoção e o deslocamento forçado na região da escadaria, grotta e AP foi seguida da demolição das moradias pela Prefeitura, o que produziu escombros, cascalhos e ruínas. Nossa atenção a esse espaço, que foi comparado a um “cenário de guerra” pelos habitantes desses locais, busca dar destaque à trilha de vestígios concretos no morro da Providência.

Tendo na imagem uma aliada importante para refletir sobre a *forma* como o Estado atua nesses locais, a semelhança entre as fotografias capturadas em meio a contextos de guerra contribuiu para pensarmos a dirupção como elemento da urbanização. Não podemos ignorar que há uma disposição dos fotógrafos³⁰ na produção dessas imagens: de cidades destruídas pela guerra, devastadas por bombardeios, incêndios e que resultam em

escombros. Foi a partir da comparação de suas ruas, de seus becos e casas com essas imagens de guerra que as moradoras e os moradores que viviam nesses locais — arrasados pelas obras do PAC, pelas obras do Porto Maravilha — exclamaram: *parece um cenário de guerra!* Os moradores do morro da Providência, mas também de outras favelas e localidades,³¹ olharam para os seus becos, suas esquinas e suas casas demolidas e compararam com as imagens que viram por anos na televisão e em reportagens nos jornais: cidades destruídas por uma tecnologia própria das guerras contemporâneas. A similitude entre os escombros deixados pelas remoções e as imagens de cidades destruídas por mísseis e bombas guiadas — sintetizadas pelos moradores no “cenário de guerra” — pareceu relevante como ponto de reflexão, já que nos dois casos temos a imposição de novos limites territoriais como motor para a destruição de moradias. Ressaltamos, no entanto, que não é à guerra³² enquanto metáfora para “extermínio e combate à violência” que estamos nos referindo aqui, mas à similitude dessas imagens. Os escombros materializam a relação de confronto entre os moradores e a *forma* como o Estado faz a sua gestão e dos locais onde vivem.

Entendemos a remoção de moradias como uma das faces da *desabilitação* dos pobres na região, pois ela é um ato mais profundo de desarticulação e desconstrução de redes de afeto e de convivência, que são estabelecidas a partir da partilha de espaços coletivos comuns, caminhos e percursos — vividos ou lembrados. É uma reconfiguração suficientemente expressiva que faz com que o morador não se reconheça mais no espaço outrora vivido, como ocorreu na Providência com a substituição da praça Américo Brum por uma estação do teleférico, exigindo um esforço de reelaboração de estratégias de resistência para criar nos espaços esvaziados — limpando os escombros e transformando ruínas em casas — outros lares e convivências.

Marcas invisíveis nos territórios

Estima-se que cerca de 28 mil pessoas (IBGE 2010) viviam na área de abrangência do projeto Porto Maravilha no ano de 2010; desta população, aproximadamente 4.300 moravam no morro da Providência (Cavallieri & Vial 2012). Associado ao projeto, o Programa Morar Carioca previu a remoção de cerca de 605 famílias, quando divulgou as obras no morro nesse mesmo ano. Em 2014, as remoções realizadas para a implementação do programa somaram pouco mais de 140 famílias, todas removidas entre 2011 e 2012,³³ após as casas serem marcadas. Nesses anos, a ameaça da remoção, antiga e conhecida das favelas, era revivida³⁴ mais uma vez pelas moradoras e os moradores.

Moradora antiga da favela da Providência, conheci Francisca nas "reuniões da cultura", encontros nos quais eram planejadas as ações sociais com os moradores, com foco na divulgação e no acesso às atividades artísticas no morro e arredores, coordenadas pela gestora do Território da Paz³⁵ na Providência e suas duas assistentes. Sua casa ficava nas imediações do Espaço Cultural Casa Amarela, no alto do morro. Atenta às atividades oferecidas por empresas, ONGs e governos aos moradores e moradoras da Providência, ela já tinha participado de diferentes cursos de formação. O último programa do qual Francisca participara fora o Mulheres da Paz, justamente por ser uma mulher conhecida na vizinhança e em outras localidades da favela. Ela não era próxima da Associação de Moradores, tampouco da Comissão de Moradores, porém inicialmente se envolveu na dinâmica de contestação das obras, participando de algumas reuniões itinerantes que eram convocadas, majoritariamente, pelo Fórum Comunitário do Porto,³⁶ além das já citadas reuniões da cultura.

Fora do espaço das reuniões, Francisca reivindicava visibilidade para as finas tramas que sustentavam o aceite de uma casa, e para o terror que sombreava a mobilidade dos moradores entre favelas, loteamentos e condomínios populares. Em nossa conversa, Francisca relatou que seu companheiro estava passando uma temporada na casa dela por causa de "uma obra como essa" (referindo-se ao Programa Morar Carioca na Providência) que também acontecia em outra favela, na zona norte da cidade. É importante lembrar que há tensões³⁷ na mobilidade entre as favelas, disputadas por comandos que controlam seus territórios para a comercialização de drogas ilícitas. Por pertencer a uma facção diferente daquela que comandava a Providência, dominada pelo Comando Vermelho (CV), a área onde foi viver o marido de Francisca era hostil à Providência, já que os grupos rivalizavam inclusive com os moradores vindos dos territórios "inimigos". Conforme narrou Francisca, "colocaram todo mundo junto" nesse lugar, ou seja, pessoas oriundas de diferentes comandos, de distintas favelas e localidades onde a urbanização promovia a remoção de moradores.³⁸ Ao relatar o problema, Francisca destaca o terror que essa política produzia: "dáva 9, 10 horas da noite, ele ficava com medo de chegar [em casa] porque eram pessoas que ele não conhecia, daí ficavam olhando para ele, perguntando de onde ele veio, daí ele ficou tão apavorado". A experiência fez com que o homem se sentisse inseguro na nova moradia, titubeando em retornar a ela, "e olha que ele ganhou um apartamento bonitinho", destacou Francisca ao fim do relato.

Notávamos que de maneira recorrente as obras de urbanização desprezavam essas marcas do território que, porosas, estendiam-se para o corpo, para a casa, controlando também a mobilidade do morador. Era um desprezo formal

que primava pelo caráter acríptico que orientava a execução das obras e que contribuía para a manutenção da marginalidade dos sujeitos que habitavam essas regiões. O que ocorreu com o ex-marido de Francisca na situação relatada por ela ocorre em muitos loteamentos construídos pelo programa Minha Casa Minha Vida (MCMV),³⁹ ou seja, era comum que as famílias ou as pessoas removidas de favelas e vilas, localizadas em diferentes regiões, tivessem como destino final grandes loteamentos, ou condomínios verticais que absorviam esses novos moradores em um único lugar. Muitas vezes encorajadas pelo recebimento de uma “casa bonita”, por estarem “cansadas” de resistir às coações, ou por medo de que o aluguel social deixe de ser pago, elas aceitam ir para esses locais, nos quais nem sempre conseguem permanecer. Conforme o “emaranhado de casos” narrados por Birman, Fernandes e Pierobon (2014), ao descreverem os desafios de uma ocupação de moradia para se manter na área da Central do Brasil, a governamentalidade não raro culpa o morador pela presença dos “meninos do tráfico”⁴⁰ em seus territórios.

Depois de se sentir acuado na região da nova moradia o ex-marido disse à Francisca: “posso ficar aqui um tempo para ver o que eu resolvo?”, e ela respondeu positivamente. Desde então ele fica em sua casa, pernoitando algumas vezes na casa da filha deles, que também se situa na Providência. Quando refletia sobre o que ocorreu com ele, Francisca se perguntava: “quer dizer, vai tirar a gente daqui para colocar num lugar que não tem nada a ver?”.

Os rumores e as casas marcadas

Amiga e colega de Francisca no extinto Mulheres da Paz, Nise temia que acontecessem outras remoções na região da Providência, argumentando que “todo mundo lutou para fazer suas casas aos poucos, era aquele barraquinho de madeira, passamos por muitos momentos difíceis e, agora que a gente construiu a casa, tudo direitinho, vem o *turista?*”. Em 2011, a ideia de que a UPP era fruto de uma nova polícia,⁴¹ e que os confrontos armados seriam parte do passado, animou empresários, donos de imóveis e turistas, que passaram a frequentar o morro com regularidade, após a tentativa frustrada do Museu a Céu Aberto. Francisca e Nise não deixavam de reivindicar a sua participação nos benefícios prometidos pelo Estado como o administrador dessas “obras de melhorias” no morro da Providência: os direitos sociais e também o direito civil de seguir vivendo ali, agora sem os intermináveis tiros. Elas queriam viver a *hora da maravilha* (ironia em função do nome do projeto, que é Porto Maravilha) daquele lugar, e não só os *pedaços horríveis* que já tinham vivido outrora subindo aqueles mesmos becos.

A desconfiança das *melhorias* era adensada através do rumor “estão dizendo”, que era como Francisca se referia ao que estava por vir. Quando conversamos em 2011, a maior parte das obras na região ainda estava somente nos croquis, “então essas obras aqui vai ser muito boa para os outros, porque para a gente não tô vendo nada. *Aí tão dizendo* que vão consertar as casas, eu não acredito”. Nise, quando opina sobre o assunto, reitera a desconfiança sobre a relevância das obras para os moradores: “é difícil de acreditar, porque nunca ninguém fez nada aqui [...] pensam que nós moradores somos contra, eu não sou contra obra e acredito que muitos não são, nós queremos *melhoria* para nossa comunidade”. Como sugere Nise sobre a noção de *melhoria*, era comum na narrativa das interlocutoras que o Estado aparecesse como sinônimo de progresso e também como produtor de ilegalismos. Constantemente a frase “a gente não é contra o progresso, a gente é contra a forma como está sendo feito” era repetida, dando-nos a dimensão da esquizofrenia do Estado nesses locais.

As remoções de moradias foram divulgadas para a população através de marcações com a abreviação da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) na parede das casas, acompanhada de um número. Durante uma Audiência Pública proposta pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC/RJ) e promovida pelo Ministério Público Federal no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 2011, o subprocurador chegou a dizer que “a Prefeitura vai lá e pinta uma sigla na casa dos moradores: SMH — Secretaria Municipal de Habitação. Isso remonta aos nazistas, que marcavam as casas dos judeus”.⁴² Essa referência ao nazismo não era rara e passou a ser cada vez mais utilizada entre aqueles que eram críticos da ação do poder público municipal nas favelas, ou entre os que investigavam as condutas e as práticas dos representantes da Prefeitura nesses lugares. Francisca viu as casas de seus vizinhos e vizinhas receberem as marcas da Secretaria de Habitação, e temia que o perímetro das marcações abrangesse sua casa: “aqui no buraco quente, no Cruzeiro, todas essas casas estão marcadas, tinha mais de 2 mil casas para sair, daí que começaram a dizer que era só 100, que era só 50, e a gente sabe que não vai ser só isso”.

A imprecisão quanto ao número oficial de remoções é explícita nesta fala de Francisca, a marcação das casas tendo gerado um alvoroço, já que os números eram propositadamente incertos — *2 mil casas para sair*, 100, 600, 50 — quantidades que circulavam na comunidade promovendo medo, terror. Ela e Nise escutavam com muita desconfiança as “histórias” que ouviam tanto dos funcionários, ou prestadores de serviço que vestiam o uniforme da Prefeitura, quanto dos vizinhos e das vizinhas que especulavam informações e projetavam o futuro a partir desses rumores: “quer dizer, é

muita história e tem muita gente iludida com essa *história*. Aqui, a maioria não paga luz, não paga água, não paga nada, um monte de gente que não trabalha, vive de biscate. Aí vai para um apartamento, vai pagar luz, água, gás, vai viver como?"

Conforme nos contou Margarida, mas também Francisca e Nise, antes de ser demolida a casa recebia uma *marca* feita com tinta na parede voltada para o acesso mais movimentado da comunidade, de modo que todos pudessem ver essa marcação, principalmente as equipes que trabalhavam no processo de desocupação, descaracterização e demolição do imóvel. Marcar as casas não necessariamente remetia a uma demolição imediata. A ameaça passara dos rumores — "dizem que vão construir um hotel aqui em cima", "dizem que vão remover 2 mil casas", "disseram que o Eike⁴³ veio olhar os terrenos do Cruzeiro na semana passada" — para algo concreto: um número "pichado" na parede de sua casa. O número *pichado* era materialmente visível e, por isso, gerador de um sentimento de culpa, de sujeira, de ilegalidade, de acusação, que era extremamente violento para quem passava por essa experiência.

Nessas conversas que compartilhamos aqui, a centralidade do Estado é diversas vezes ressaltada por Francisca quando ela descreve os rumores em torno do futuro da favela. Eles vinham acompanhados da desconfiança, da inexistência de uma solução para esses conflitos em razão da "política", que era produtora das múltiplas e dinâmicas histórias que circulavam e que tinham como objetivo o controle e o ordenamento dessa população. É importante lembrar que as casas foram marcadas sem o consentimento dos moradores. A maioria chegava do seu turno de trabalho e encontrava o número pintado na parede, outros autorizavam a marcação mediante a explicação do funcionário, orientado a dizer que a marca era uma indicação de que a casa receberia uma *melhoria*, oriunda dos programas da Prefeitura.

Dialogando com o trabalho de Das (2007:108-134), vemos que o rumor calcifica o controle do Estado nesses territórios, configurando o que chamamos de margem do Estado.⁴⁴ Ele é uma prática no campo dos ilegalismos do Estado nesses locais, e estar envolvido nele é estar em uma posição de vulnerabilidade, conforme destaca Veena Das (2007:163). Francisca e Nise refletem criticamente sobre o poder desse rumor na organização dos moradores em face das expectativas de uma vida mais estável em uma "casa bonita".

A casa bonita, além dos custos fixos ressaltados por Nise e Francisca, com os quais muitos moradores de favelas não conseguem arcar, já que não podem encaixar o custo dessa formalidade no seu orçamento mensal, pode conter outros. Como já vimos, não são todos os removidos, da parcela daqueles que recebem a chave da casa nas mãos, que conseguem permanecer

no local oferecido pela Prefeitura para moradia. Além dos constrangimentos promovidos pelas disputas entre facções, há uma economia paralela controlada por seus integrantes que eleva o valor das taxas de manutenção dos condomínios, estabelecendo também regras de pagamento para as contas de luz e água.⁴⁵ São ilegalismos⁴⁶ que não se restringem à favela, já que também estão presentes nos loteamentos das "casas bonitas", sejam eles produzidos pelo Estado, seja pelos demais poderes que atuam nesses condomínios. Na "gestão diferenciada dos ilegalismos", que destaca Foucault (2004) tendo em vista uma maior repressão aos ilegalismos populares ao longo dos séculos, esses moradores ficam ainda mais vulneráveis a penalizações nesses territórios: apreensão de mercadoria de vendedores ambulantes, detenções, aumento de "acertos", "achques",⁴⁷ terror psicológico.

O terror psicológico

Ter uma casa marcada era parte do que os moradores chamavam de *terror psicológico*. O terror era expressão do autoritarismo de Estado que, através de procedimentos e regras formais, agia com mentiras, coação e "descaso", "tratando a pessoa como bicho", fazendo-a se sentir fora da humanidade. A destruição da casa, mas antes dela a ameaça da remoção da família, era uma experiência de terror. E o *terror psicológico* Margarida conhecia muito bem, como nos conta neste trecho: "como a minha casa já está marcada, começaram os convites, as convocações para você comparecer na Prefeitura. Que no entendimento deles era para quê? Para receber um aluguel social!".

Quando começaram "os convites" por escrito para que Margarida comparecesse na Prefeitura, ela resistiu em ir até o departamento indicado: "Eu nunca fui. Para não dizer que eu nunca fui, no terceiro papel eu compareci lá para dizer para ele o meu nome e saber 'o que vocês estão querendo de mim?'". Sentada diante do funcionário, ela o ouviu dizer: "ah, o seu cheque está pronto". Espantada com a fala do homem, ela pergunta "que cheque? Não estou pedindo cheque nenhum". Então ele completa: "o cheque do aluguel social". Margarida reproduz para mim a resposta que dá ao servidor: "Não. Eu vim saber o que vocês estão querendo de mim, porque na realidade eu nunca fui consultada para nada", e continua, "eu fui consultada para dizer que onde eu moro eles iam fazer uma reforma, ajeitar, fazer alguma coisa do tipo. Entraram na minha casa, mediram os quatro cantos da minha casa e levaram. Aí para quê? Para me jogar para um aluguel social?".

Por sua sagacidade, mas principalmente pela grande circulação que Margarida tinha entre os movimentos engajados para impedir a remoção

de moradias no morro da Providência e também em outras favelas cariocas, ela viu e ouviu muitas histórias similares à dela. Aprendeu, a partir dessa experiência, com moradores de outras comunidades sobre as estratégias do Estado naquele período; “hoje eu digo, isso para mim não é um aluguel social. Eu aprendi que isso aí é uma ajuda de custo. Se eu ganho R\$ 545, sou aposentada, e vou pagar R\$ 400 de aluguel, eu vou viver de quê?”.

Os moradores sabiam que os funcionários da Prefeitura os consideravam interesseiros,⁴⁸ desinformados, inábeis em relação às reflexões sobre os seus direitos enquanto cidadãos. Esses adjetivos estavam imbricados nas formas como o Estado os enxergava, constituindo o processo de violência institucional cotidiano a que estavam expostos. Lidar com essas violências sem sucumbir ao *desespero* era um esforço de resiliência de Margarida, tornando aparentes as nuances da *expertise* dos moradores das favelas ameaçados de remoção em identificar o rumor e usá-lo para se “calçar”, reunindo-se para buscar mais informações: “começou aqui dizendo que iam sair as casas do lado de lá, o lado direito. Aí eu, do lado de cá, pensei: ‘quer saber de uma coisa? Eu vou me aliar a vocês para quando chegar do meu lado eu já estar preparada’. E foi o que aconteceu. Chegou do meu lado”.

Tudo começou com alguém dizendo que um lado da rua iria sair. Esse alguém pode ser um vizinho que ficou sabendo por outro sobre mudanças dentro da região, ou que viu na televisão uma matéria sobre a transformação da área do porto na qual a Providência estava incluída, ou pode ser um *funcionário fantasma* da Prefeitura que tinha a função de agitar os moradores com rumores e de botá-los em *pânico* para que, por causa do desespero, eles cedessem ao aluguel social. Propondo uma fenomenologia do rumor, Das (2007:108-134) ressaltou a capacidade dessa prática de gerar incerteza, já que o rumor se estrutura na imprecisão da informação que, por sua vez, gera a necessidade de que os moradores se unam para resistir e se proteger. Nos casos relatados pela autora, a resistência e a busca de proteção dos sikh e hindus em suas identidades particulares promoveu conflitos, mortes e segregação entre os dois grupos. Em nosso caso, a união levou uma parcela de moradores a estabelecer novas parcerias, em uma luta em busca de informação. Essa iniciativa, porém, colocou-os em atrito com uma outra parcela de moradores que não foram afetados pela obra do Morar Carioca, e que vinculavam as estratégias de resistência do pequeno grupo ao “atraso” da comunidade.

Quando as obras começaram na Providência em 2011, os comerciais e os jornais⁴⁹ anunciavam o Programa Morar Carioca como um projeto “de integração urbana e social completa e definitiva de todas as favelas”, o que fez com que os moradores imaginassem que as mudanças seriam grandes. O pessoal começou então a se unir e Margarida se aliou a e eles: “primeiro

marcaram lá em cima, mas eu já sabia assim, *por alto*, que alguma coisa ia acontecer do lado de cá. Mas não nesse estilo. Então, quer dizer, eu já estava mais ou menos calçada, né?". O rumor, o ficar sabendo "por alto", operava como um alerta que reverberava entre os moradores, os becos e a vizinhança mais longínqua, garantindo um estado de suspensão. Era preciso avaliar se a ameaça de remoção era concreta, se tinha saído do plano da condição de vida ali para o plano da efetivação.

Previendo o que viria, Margarida resolveu ficar *mais ou menos calçada* e se unir ao pessoal nos questionamentos. Reunir-se para trocar informação era uma das formas de avaliar o rumor, retirá-lo da zona de sombra, cruzá-lo com outras informações vindas de distintos lugares e trazidas por apoiadores e técnicos integrantes da rede de resistência da qual a Comissão de Moradores participava. Esse momento de racionalização do rumor, geralmente realizado nas reuniões, era aquele em que as obras e as remoções eram avaliadas, estudadas, no intuito de descobrir se realmente ocorreriam e como ocorreriam. Nessa partilha se construiu uma luta conjunta, de troca de experiências de coação, de ameaças, compartilhamento das situações de *terror psicológico* vivido e táticas de ação para enfrentá-lo.

A luta pela permanência era vivida pelos moradores do morro da Providência ameaçados de remoção, mas também nas diferentes Ocupações que compunham o perímetro portuário do Centro do Rio de Janeiro. A atuação do poder público gerava um grau de tensão e desconfiança que fragilizava as pessoas, colocando muitas vezes *morador contra morador*. Ao mesmo tempo, eram esses os momentos de luta em que a ação dos apoiadores técnicos e das organizações sociais na produção de informações ficava mais visível. Fruto da contestação de alguns moradores, grupo no qual Margarida se incluía, em 2012 o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro entrou com uma ação civil pública (ACP) para suspender o Morar Carioca na Providência, pressionando o município a apresentar os documentos relacionados ao projeto para a área, ainda obscuro. A pressão resultou em diminuição no número das famílias removidas, no entanto, não solucionou o problema daqueles que já tinham saído de suas casas para as obras e ainda viviam com o aluguel social.

Em seu livro *Autobiografia de um espantalho*, Boris Cyrulnik (2009) discorre sobre os processos, as barreiras e os delineamentos da resiliência no campo da psicologia que lida com traumas psíquicos. Foi um livro extremamente facilitador para pensar algo que vínhamos percebendo nos relatos e na convivência com os moradores e que antes da leitura desta obra tínhamos dificuldade em delinear. Para o autor, a resiliência é um processo de conhecimento e reconhecimento, de dores e feridas profundas, de so-

frimentos passados. É um processo que está condicionado à “ferramenta verbal” (2009:205) e à “dor de viver” como algo que não só é intrínseco ao ser humano que sofreu, como também essa dor verbalizada é que o constitui como ser humano.

Nas palavras do autor, a construção da resiliência é um aprendizado lento das nuances da dor e do sofrimento, um projeto que parte do reconhecimento de si enquanto ator da própria luta: “vou com minha luta até o final”, repetia Margarida. É não ter mais saída, a não ser viver na exigência do reconhecimento de ser humano, refletindo sobre os motivos de sua condição de vítima. Como ressalta Margarida, o “choque elétrico do governo municipal no povo” foi uma maneira de tentar destruí-lo. O choque para ela era uma representação da mentira, do obscurantismo, do rumor como prática de dissipar informação; era a forma de agir desse poder municipal que, em suas palavras, configurava “uma falta de consideração com o ser humano”. Margarida escolheu narrar sobre si mesma desde o momento em que sentiu que mentiram para ela e a trataram desumanamente. Ela reconheceu as dificuldades e as desumanidades que viveu naquele presente, mas que refletiam outros tantos vividos durante sua vida naquela favela.

Notas de conclusão

A *desabilitação* foi um neologismo usado por nós como referência a uma modalidade imposta aos pobres como tecnologia governamental e que é parte de um processo de reconfiguração urbana que promove deslocamentos forçados, físicos e afetivos, promovendo um esvaziamento seletivo das relações sociais, seus registros físicos — percursos e marcações. Consideramos relevante a contribuição que uma abordagem antropológica e etnográfica pode trazer à compreensão daqueles que estão às margens dos projetos urbanos nos processos de gentrificação. Esse investimento agrega ao auxiliar na legibilidade das narrativas dessas vidas *nascidas e criadas* em lugares que são caracterizados nos discursos governamentais como locais sem vida sob a *episteme* da revitalização.

Consideramos importante dar visibilidade à capilaridade das estratégias de permanência dos sujeitos, a como se organizam para resistir, pois adensam o campo de conhecimento composto por experiências e estudos que observam as relações dos sujeitos com o Estado, tendo em vista a “opacidade” de suas ações.

As práticas políticas das moradoras desses locais são desenhadas em uma disputa com as instâncias que compõem o Estado, seus governos, esfe-

ras administrativas, governantes, uma disputa com a governamentalidade, que não raro reage aos questionamentos com ameaças, coações “e bala”.⁵⁰ Como destaca Ortner (2007:68), na verdade, tratamos aqui de observar “nas margens do poder”, pois é nessa condição que se elabora a “agência de (perseguir) projetos” que, segundo a autora, não está relacionada tanto com o par dominação e resistência, mas sim com “espectros” de resistências em relações maciças de poder. A resiliência, como entendemos, dialoga com a noção de agência à medida que dá corpo e sentido a esses espectros e a esses vestígios. Expõe a capilaridade do poder, como destacado por Foucault, enquanto coloca em evidência a produção dos domínios nos corpos de nossas interlocutoras, em suas casas, em seu tempo, em sua circulação na cidade. A eficácia produtiva é positiva (Foucault 1979) e busca discipliná-las, removê-las do lugar onde elas vivem; procura sujeitá-las a uma cidade que exigirá novas insurgências e tentará vincular sua cidadania à necessidade de ceder lugar a um outro — um desafio perverso à sua subjetividade enquanto espaço de agência.

A resiliência, conforme a proposta de Cyrulnik (2009), tem nos auxiliado a refletir sobre o rumor e o terror sentidos por aquelas e aqueles que vivenciam ameaças de remoção ou remoções, em meio a processos de *desabituação*. Ela nos inspira à compreensão desse conjunto de elaborações da *luta*, dos *pedaços difíceis*, dos dramas, das dores e das doenças que a *luta* também produz. É uma adesão que contribui para a reflexão mais aprofundada da “cidadania insurgente” (Holston 2013:35) enquanto forma de produção de uma experiência mais digna na cidade. Descrevê-la, portanto, é uma forma de entendimento das dificuldades, dos desafios, dos “entrincheiramentos” em distintos momentos da luta como “inerentes às estruturas de poder e suas práticas”. Mas também como forma de insurgência e de transcendência, de formação das subjetividades e das performances diversas de resistências dessas mulheres em face dos projetos de reconfiguração que modificam os territórios onde vivem, recriando novas marcas de segregação.

Recebido em 16 de novembro de 2015

Aprovado em 02 de março de 2016

Anelise dos Santos Gutterres é pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/ Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <adsgutterres@gmail.com>

Notas

¹ As definições de “moradora do morro da Providência” e de “nascida e criada no morro” eram usadas para reforçar seu pertencimento à favela perante os não moradores. Como descrevi em outro momento (Gutterres 2015), para se identificarem, os habitantes acionam suas localidades de moradia que geralmente fazem alusão ao nome da rua: Audomaro Costa, Rego Barros, Barão da Gamboa, Livramento, Barão de São Félix, ou a alguma construção existente no lugar: Largo do Cruzeiro, Escadaria, Largo da Igreja, Praça Américo Brum, Marítima, ou a alguma situação vivida no local, fazendo referência a um morador antigo ou a uma característica morfológica da encosta ou pedreira onde estão plantadas as moradias: Pedra Lisa, Sessenta, Morrinho, Grotta, Toca, Cantão, Bica, Nova Brasília, AP, Buraco Quente, Morrinho, rua do Monte.

² Optamos por usar nomes fictícios para nos referirmos às nossas interlocutoras, apesar de algumas delas serem figuras públicas.

³ A rede era formada por professores universitários, estudantes, pesquisadores, especialistas que compunham um grupo de apoio técnico aos moradores, o “coletivo técnico”, como sugere Magalhães (2013b:39), além de integrantes de organizações não governamentais, de mandatos partidários e movimentos sociais.

⁴ Usarei as expressões nativas e as citações de autores com que dialogamos entre aspas. O itálico será utilizado para estrangeirismos e também para categorias nativas que serão refletidas no decorrer do texto à luz de bibliografia elegida para diálogo.

⁵ Trechos de entrevistas com Margarida constam em matérias sobre o tema da remoção produzidas pelos jornais *O Dia*, *Folha de São Paulo*, *BBC Brasil*. Também foram veiculadas no site colaborativo de notícias sobre favelas cariocas: RioOnWatch. Seus relatos fazem parte de documentários produzidos entre 2011 e 2014, que tinham como tema principal ou secundário a remoção de moradias, entre eles o Casas Marcadas dirigido por Carlos R. S. Moreira e o Domínio Público dirigido por Fausto Mota e Raoni Vidal.

⁶ Como pudemos perceber, a expressão comunidade era geralmente acompanhada do pronome possessivo “minha” quando a moradora ou o morador estava reforçando um pertencimento afetivo e coletivo para aquele ou aquela que não vivia na favela; também era usado para reivindicar união junto aos seus pares, em reuniões e falas públicas. Patrícia Birman (2008) e também Marcia Leite (2008) já refletiram sobre o uso de comunidade como substituto de favela, recurso utilizado pelos moradores para se distanciarem do caráter pejorativo da segunda nomenclatura. Gonçalves (2015) ressalta a variabilidade dessas escolhas quando reflete sobre a construção da favela como objeto jurídico, partindo do Código de Obras de 1937. Seguindo a proposição de Birman, também notamos que as duas denominações podem ser alternadas entre os moradores, em detrimento da eleição de um só pertencimento. Nosso interesse está na fronteira entre as duas definições, em observar quando elas são acionadas enquanto narrativas de pertencimento, em que espaço e com que interlocutores.

⁷ Desde a primeira reflexão sobre as causas e os efeitos do processo de gentrificação – observados em 1964 a partir de uma antiga região boêmia de Londres pela socióloga britânica Ruth Lazarus Glass – diversas apropriações críticas acerca do conceito foram sendo elaboradas, em conformidade com os contextos locais de pesquisa, e incluem bibliografia extensa que se debruça sobre este fenômeno em cidades pequenas, médias e grandes. Na literatura sobre o tema, há consenso de que as “áreas gentrificadas” estão localizadas em regiões centrais das cidades, promovidas a áreas de interesse histórico, mas a partir de uma criação híbrida característica da modernidade (Latour 1994 *apud* Fortuna 1997:5) em que passados, memórias e lembranças são sintetizados em empreendimentos para consumo, explicitamente construídos sob um viés mercadológico.

⁸ Buscando estabelecer uma espécie de cronologia para os processos de gentrificação na Europa e nos Estados Unidos, Neil Smith (2001:19) transcreve uma frase, dita em 1963, sobre a remodelação da área de Society Hill, na Filadélfia: “a moda de remodelar casas antigas subiu à cabeça das classes altas como champanhe”. Chamada pelo autor de “primeira onda de elitização urbana”, ela teria causado um furor no mercado imobiliário, porém suas transformações, iniciadas na década de 50, tiveram pequeno impacto urbano. Para o autor, foi na “segunda onda de elitização”, que surgiu no final dos anos 70 e foi até os anos 80, que as “conexões com a socioeconomia foram mais amplas na reestruturação urbana”. Diferente do passado, a “conversão de um bairro ruinoso, pobre ou de classe trabalhadora deixou de constituir um assunto exclusivo das classes altas, convertendo-se em uma opção residencial também para alguns setores mais abastados da classe média”.

⁹ Neste ponto é importante agregar as reflexões críticas de Adrián Gorelik, que mostra, através da descrição de diferentes ciclos, como a noção de “cidade latino-americana” se produziu culturalmente (2005:114), sendo um desafio citá-la como “representação de um conjunto de características” específicas. Sabemos que a noção foi disseminada “enquanto houve vontade intelectual de construí-la como objeto de conhecimento e ação”, com “atores e instituições dispostos a tornar efetiva essa vocação” (:111). Nesta perspectiva, quando utilizamos a noção, vinculando-a à expansão do capitalismo, estamos nos referindo à “fase formativa do ciclo” de produção intelectual da noção de “cidade latino-americana” até a década de 60, quando a cidade apareceu “como máquina de tração de pautas modernas de vida em regiões que prescindiam delas” e “a América Latina era uma região privilegiada para as mudanças trazidas por essas pautas” (:118).

¹⁰ Para fins de consulta, destaco os trabalhos de Nobre (2003), Sanfelici (2007), Leite (2002), Santana (2006) realizados nas cidades brasileiras. Na cidade de Buenos Aires: Carman (2006), Gómez e Singh (2008); em Bogotá, Morris e Garzón (2010); na Cidade do México, Salinas (2013); em Barcelona, Delgado (2008); em Évora, Fortuna (1997); em Chicago, Jacobs (2000), entre muitos outros.

¹¹ Conhecida como Porto Maravilha, a Operação foi criada em novembro de 2009 pela mesma Lei Complementar que delimita a zona portuária como Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU). A parceria foi concretizada um ano depois entre a Com-

panhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP) e a concessionária que executa as obras e implementa os serviços contratuais na região, a Porto Novo S/A, formada pelas construtoras OAS LTDA, Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. e Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A.

¹² A vocação portuária teria sido solidificada em fins do século XIX (Cardoso et al. 1987:89) com a implantação na Saúde da Cia. Docas D. Pedro II; com a construção da Estação Marítima da Estrada de Ferro, na Gamboa, em 1879; e com a abertura do túnel no morro da Providência, ligando os ramais Marítima e Central. Conforme debate em outro trabalho (Gutterres 2014), em 1993 é sancionada a lei de modernização dos portos, que traz grandes mudanças ao funcionamento do Porto do Rio, influenciando na dinâmica de circulação e oferta de trabalho. Incorporada à RFFSA, a Marítima já estava em ruína quando, em 2007, a rede foi finalmente extinta. Tombados pelo município em 1986, seus galpões, conhecidos como "Galpões da Gamboa", estão sendo restaurados e adaptados para novo uso pela Porto Novo S. A.

¹³ Conforme explicita Guimarães (2011:24-25), o SAGAS "demarcou uma nova espacialidade administrativa da zona portuária, que passou a distinguir temporalmente seus bens, bairros e áreas como 'históricos' e 'não históricos'".

¹⁴ Destacamos os trabalhos de Benchimol (1992:187); Burgos (1998); Vaz (1994); Cardoso et al. (1987a) e Valladares (2000) que recuperam a Providência como a 1ª das favelas cariocas.

¹⁵ No artigo de Freire-Medeiros (2007) encontramos uma definição desse Museu: "deveria ser a antítese do museu" onde "o morro é a edificação, com suas fachadas de pedreiras que serão iluminadas à noite, e a favela, um museu vivo interativo", explicou a arquiteta responsável em entrevista coordenada pela autora através do CPDOC/FGV. Como destaca Menezes (2008), Petersen também era coordenadora de projetos da Assessoria Especial Célula Urbana, um projeto que "estava inserido em um contexto de mudanças das políticas implementadas em relação às favelas cariocas", que funcionava desde 2009 no mandato de César Maia.

¹⁶ Executado pela Prefeitura, esse programa investiu na rede de água e esgoto, no revestimento dos acessos e becos, mas também na construção de quatro mirantes no alto do morro, conforme nos mostra Menezes (2008).

¹⁷ Disponível em: <http://novo.vivafavela.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=87&infoid=45382&from_info_index=221>. Acesso em 05/05/2012.

¹⁸ O programa Cada Família um Lote foi o primeiro dos programas de moradia popular e regularização de favelas implantando no Rio de Janeiro após o regime militar. Depois dele houve o Favela-Bairro e o atual Morar Carioca, idealizado no primeiro mandato do prefeito Eduardo Paes.

¹⁹ Para a autora, "o ser da vida é constituído por meios seletivos, não podemos nos referir a esse ser fora das operações de poder" (2010:14).

²⁰ Aproximando o estudo sobre indígenas dos estudos sobre favelas e periferias a partir do uso da pacificação e da tutela militar na gestão dessas populações, Pacheco de Oliveira reforça a reflexão crítica sobre a formação da nação brasileira “baseada em matrizes étnico-raciais, no trabalho escravo e na grande propriedade” (2014:129).

²¹ A noção de narrativa que utilizamos aqui é de Paul Ricoeur, para quem a história, “seja a de nós mesmos ou a dos outros”, se desenvolve entre um “início e um fim que não nos pertencem” (1994:84), ou seja, ela depende de ações de outros que não “nós mesmos” para se desenvolver.

²² Das (2007:110) descreve como a sensação de crise criada pelo evento político do assassinato de Indira Gandhi criou uma atmosfera de medo e ódio na cidade, alimentada por uma fúria hindu contra os sikh, que decretaram violência em nome de uma comunidade hindu mais ampla. Preferimos esta abordagem – que busca observar as ambiências que fazem com que a crise seja sentida pelos diferentes grupos – àquela de nos aprofundarmos na proporção do que seria objetivamente uma crise, principalmente sob o viés econômico.

²³ Destacamos aqui o trabalho de Magalhães (2013b), que também debateu sobre a “metáfora do abandono” como estratégia para a realização de reformas que levaram à remoção de moradores pobres de suas casas. Analisando a “reatualização” da remoção de favelas no Rio de Janeiro, ele reflete que para o discurso público o “Rio Cidade Maravilhosa” teria virado “Rio Cidade Abandonada”, por causa da “favelização” e da expansão da “violência” (:105).

²⁴ O maior incêndio na região ocorreu em abril de 2010, no local conhecido como Camelódromo, situado entre a Central do Brasil e o Terminal Rodoviário Américo Fontenelle, próximo ao morro da Providência. O rumor entre os moradores e trabalhadores dos arredores da Providência sugeria que o fogo não fora acidental, como já relatamos (Gutterres 2014). É importante destacar que os incêndios na região não são incomuns, às vezes vinculados às ações do “movimento”, outras, em razão de os imóveis terem uma fiação elétrica antiga, desgastada e sobrecarregada, como destaca Fernandes (2013) em sua tese. A dimensão do incêndio também pode ser vista na série fotográfica produzida por Fernandes (2014).

²⁵ Criação do prefeito Eduardo Paes, em 2009, consiste em ações de repressão a vendedores ambulantes e a ocupações em espaço público amparadas pela criação das Unidades de Ordem Pública (UOP), instaladas em diferentes partes da cidade pela Secretaria Especial da Ordem Pública (SEOP). A área da Central do Brasil, como narraram Birman, Fernandes e Pierobon (2014:452), e também diversos outros locais e situações no Rio de Janeiro, como narrou Magalhães (2013b), foram alvo da atuação do corpo policial, consideradas “focos de desordem urbana”.

²⁶ Aqui é importante destacar o trabalho de María Carman (2008:410), que analisa o conjunto de políticas de excesso e omissão em relação a moradores pobres na cidade de Buenos Aires. Dialogamos com a noção de “esquizopolíticas”, empregado pela autora para refletir sobre um leque de práticas estatais contraditórias que têm

diferentes graus de tolerância a determinados moradores, e a formas de moradias populares nessa cidade.

²⁷ Ressalto a importância das conversas com Adriana Vianna, que nos inseriu no universo das obras mais recentes de Judith Butler, abrindo-nos a possibilidade de enxergar que as marcações que delimitavam determinados corpos estavam presentes também em territórios, circulações e passagens. Em comunicação pessoal – desde o compartilhamento de impressões nos espaços de convivência de uma mesma rede de militância em 2013 até sua arguição em minha defesa de tese em dezembro de 2014 – elaboramos possibilidades de análise, em trocas que foram fundamentais para as escolhas apresentadas neste texto.

²⁸ Pesquisando em bairros de baixa renda em Nova Deli, Veena Das (2007:162-163) entende que o Estado opera no âmbito da magia, mas suas consequências reais e as forças que são mobilizadas para o desempenho dela não são transparentes.

²⁹ Para Annelise Riles (2006), os documentos são “artefatos paradigmáticos das práticas do conhecimento moderno”. Nós nos aproximamos deste pressuposto de Riles a partir da tese de doutorado de Letícia Ferreira (2011), que reflete sobre a construção da categoria “desaparecido” como um problema social, em uma etnografia em documentos, papéis e lacunas junto ao Setor de Descoberta de Paradeiros (SDP) da Delegacia de Homicídios do Rio de Janeiro.

³⁰ Destacamos o trabalho do fotógrafo Luiz Baltar no acompanhamento das demolições efetuadas pela Prefeitura em diversas favelas cariocas – também registrando a permanência dos escombros após essas intervenções. Suas imagens evidenciam a disposição desses profissionais na elaboração do enquadramento e da composição do cenário de guerra, como podemos ver em algumas fotografias dos ensaios: *Tem Morador (1 e 2)*, disponíveis no site do autor: <http://luizbaltar.com.br/ensaios/tem-morador-2/>. Anteriormente, H. Cartier-Bresson já havia retratado os escombros da guerra civil espanhola. Robert Capa o fez quanto aos da Guerra Civil Chinesa e os da II Guerra Mundial. William Vandivert, quanto aos da Alemanha no fim da II Guerra. No campo do cinema é relevante destacar o movimento conhecido como neorealismo italiano, criado durante a II Guerra Mundial, e que usou como cenários para seus filmes semidocumentais as cidades italianas bombardeadas.

³¹ No trabalho de campo realizado durante o doutorado, pudemos observar a recorrência no uso da expressão “cenário de guerra” para descrever a vida cotidiana nas favelas que estavam próximas a estádios de futebol, ou passavam por reformas urbanas vinculadas à realização da Copa do Mundo de 2014. Com diversas moradias removidas, a expressão foi utilizada para descrever o cenário em Vila Floresta, Vila Dique, Avenida Tronco, em Porto Alegre; nas comunidades em torno dos trilhos, em Fortaleza, principalmente a Lauro Vieira Chaves; e nas favelas cariocas onde circulei durante esse período, Vila Autódromo, Manguinhos, Metrô-Mangueira. Indiretamente analisamos fotografias, entrevistas e reportagens que ressaltavam esse cenário na região do Campinho, em Madureira, com casas removidas para a realização da Transcarioca; em Vila Recreio II, Restinga, Colônia Juliano Moreira, também removidas

em 2010 com a justificativa de construção da TransOeste; na comunidade Alto da Paz, no Bairro Vicente Pizón, em Fortaleza; no loteamento São Francisco, em Camaragibe, para via de acesso à Arena da Copa em São Lourenço/Pernambuco; no centro de Altamira, no Pará, para "requalificação urbana", promovida pela Norte Energia.

³² De acordo com o trabalho de Marcia Leite (2012), o Rio de Janeiro passou a ser chamado de "uma cidade em guerra" por outro motivo que não estava relacionado (ao menos não diretamente) às remoções como parte da urbanização disruptiva, mas sim a atos violentos que produziram nos moradores da cidade (e não só no das favelas) um sentimento de insegurança diante das "ameaças à integridade física e patrimonial" (2012:380) no início da década de 2000. Essa cidade em guerra, segundo Leite, foi formulada no que ela chama de uma "metáfora de guerra", a partir da partição proposta por "um discurso" que chamava a população a escolher um lado no conflito.

³³ Além das remoções no morro da Providência, houve remoções nas ocupações urbanas de toda a zona portuária: Ocupação Machado de Assis, 150 famílias removidas; Ocupação Flor do Asfalto, 30 famílias; Ocupação Boa Vista, 35 famílias; Ocupação Zumbi dos Palmares, 133 famílias; Ocupação Carlos Marighela, 47 famílias; Ocupação Casarão Azul, 70 famílias.

³⁴ Segundo Magalhães (2013a:45), haveria três "elementos discursivos" usados pelo Estado para a remoção de favelas no Rio de Janeiro nesse período: o argumento do risco, do meio ambiente e dos megaeventos.

³⁵ Conforme descrevi em outro momento (Gutterres 2014:106), as ações da UPP Social eram motivo de disputa no nível da gestão local entre município e estado. Em 2011, o programa Territórios da Paz era coordenado por uma equipe da "Gestão Social de Territórios" alocada na SEASDH e era conhecido por fazer o "trabalho social" prometido com a instalação da UPP. Nos anos seguintes, a UPP Social passou, já com esse nome, a ser comandada pelo município.

³⁶ Coletivo composto por diferentes atores da sociedade civil (pesquisadores, integrantes de ONGs, ativistas e moradores) que se reuniu em torno da monitoria dos "impactos" das obras na região portuária de 2011 a 2013.

³⁷ Conforme Mesquista e Freire (2008), "a circulação interfavelas é delimitada por fronteiras" que restringem os deslocamentos cotidianos, principalmente entre os jovens, ligados ou não ao "movimento". Essas fronteiras, no entanto, não são tão invisíveis como sugerem as autoras. Parte de um "repertório bem mais amplo de referências concretas e simbologias ligadas às diferentes facções criminosas", como mostra o trabalho de Farias (2008), as fronteiras também podem estar vinculadas a demarcações físicas, como os limites de determinado beco, um poste de luz específico, localidades dentro da favela. Apesar de existir um conhecimento comum sobre "os mandamentos" da vida em uma favela dominada por grupos criminosos, quem é "de fora" muitas vezes não conhece as marcações e as regras (difusas e dinâmicas) que configuram o domínio das facções em territórios inimigos, estando mais sujeito a "transgressões".

³⁸ Segundo o relatório da CPI das armas, haveria quatro facções no Rio de Janeiro: Comando Vermelho (CV), Amigo Dos Amigos (ADA), Terceiro Comando (TC) e Terceiro Comando Puro (TCP).

³⁹ É importante ressaltar também que muitos desses condomínios foram controlados por milicianos que intermediavam a venda e o aluguel de imóveis do programa MCMV, como já apontou Brito (2013:92). Em reportagem realizada em 2011, é destacada a invasão do grupo a mais de 200 imóveis na zona oeste, inclusive com pagamento de "taxa de segurança". "Milicianos tomaram imóveis do Minha Casa Minha Vida e passaram a vendê-los por até 40 mil" (Sérgio Ramalho, *O Globo*, 26/05/2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/milicianos-tomaram-imoveis-do-minha-casa-minha-vida-passaram-vende-los-por-ate-40-mil-2765183>>. Acesso em jan. 2016).

⁴⁰ O uso da expressão era recorrente para se referir aos traficantes, independente da faixa etária do grupo. Conforme descreveu Fridman (2008:90), "os antigos 'donos do morro' reconheciam de alguma maneira a rede de relações que organizava o cotidiano dos moradores das favelas", não ameaçando "a integridade física" dos moradores. Em meados dos anos 2000, no entanto, a relação entre moradores e traficantes se transforma "profundamente". Como ressaltam os interlocutores do autor, os "meninos" "não respeitam ninguém"; "tomaram conta das bocas a ponto de contestarem o poder dos antigos chefes", radicalizando "a experiência do mundo", apropriando-se de corpos, objetos e linguagens, estabelecendo códigos de conduta, mobilidade, colocando em risco a vida dos moradores.

⁴¹ Quando a UPP foi instalada na favela, e no mesmo prédio do antigo Grupoamento, muitos moradores desconfiaram da continuidade desse programa, pois o vincularam à experiência funesta com os policiais do GPAE.

⁴² Cf. a reportagem de Guilherme Coimbra, "MP compara Prefeitura a nazistas na desapropriação de imóveis para Copa e Olimpíada", disponível no portal UOL Esportes de 22 de junho de 2011, o subprocurador geral de Justiça, Leonardo de Souza, disse na audiência proposta pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC/RJ) que a prática de marcação das casas pela Secretaria "remonta aos nazistas que marcavam as casas dos judeus". Disponível em: <<http://esporte.uol.com.br/rio-2016/ultimas-noticias/2011/06/22/mp-compara-prefeitura-do-rio-a-nazistas-na-desapropriacao-de-imoveis-para-copa-e-olimpiada.jhtm>>. Acesso em jul. 2014.

⁴³ O empresário Eike F. Batista da Silva foi considerado em 2012 o 3º homem mais rico do Brasil. Seu grupo EBX expandia os investimentos em mineração, no setor imobiliário, na indústria naval, em logística e petróleo. Nesse ano, a cidade do Rio de Janeiro era retratada pela mídia corporativa como um grande loteamento dos investimentos do empresário, e provavelmente pela ascensão de sua figura, os rumores sobre hotéis no alto de favelas e a aquisição de áreas próximas a elas para empreendimentos turísticos foram recorrentes nas narrativas de moradores, como também podemos notar no caso dos habitantes da Estradinha, favela localizada em Botafogo, trazido por Magalhães (2013b:154) em seu trabalho.

⁴⁴ Nesses debates sobre as margens, não é possível seguir sem destacar a reflexão de Das e Poole (2004), que investem em uma discussão sobre a marginalidade, referência para uma geração de pesquisadores preocupados com práticas políticas em áreas desenhadas nessas margens, buscando desvelar as práticas disciplinares que conformam o Estado-nação.

⁴⁵ Como já relatamos (Gutterres 2014), as secretarias ligadas à habitação e à segurança pública têm conhecimento que os serviços como gás, TV a cabo, luz, água, internet, transporte são regulados pelo tráfico ou pela milícia.

⁴⁶ Destaco aqui o trabalho de Vera Telles (2010) que reflete sobre os diferentes ilegalismos que costuram as tramas dos centros e das periferias das cidades. São importantes também as coletâneas organizadas em torno do tema, que aprofundam o debate sobre o legal e o ilegal em diferentes locais e contextos (Telles & Cabanes 2006). Trabalhando especificamente com mercado informal, sublinho o trabalho de Hirata (2010) e de Telles e Hirata (2010), ambos pesquisando no contexto da cidade de São Paulo.

⁴⁷ Sobre essa prática de extorsão de dinheiro, ver o relatório escrito por Delgado, Dodge e Carvalho (2011), através da Justiça Global, sobre os crimes de maio de 2006 em São Paulo, sobre os quais também reflete Feltran em tese de doutorado (2011).

⁴⁸ Algumas noções equivocadas sobre os pobres foram ressaltadas também por Zaluar (1994:69-71) em "Pobre, logo clientelista".

⁴⁹ Candidato à reeleição em 2012, o prefeito Eduardo Paes alega em sua campanha que o Morar Carioca é "o maior projeto de urbanização popular já concebido no país" e que as obras incluirão "infraestrutura, urbanização, paisagismo e implantação de áreas de lazer e oferta de novas moradias". Em um de seus programas para a TV, afirma-se que "55 comunidades" receberam o programa até a data. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HZRxmLyP_6M>. Acesso em jul. 2014.

⁵⁰ Destaco a etnografia de Adriana Vianna (2013) sobre o movimento de mães que foram vítimas de violência policial junto à Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência (RJ) e o movimento Mães de Maio (SP); o trabalho de Juliana Farias (2014), que busca evidenciar as engrenagens governamentais de gestão das mortes dos moradores de favelas no Rio de Janeiro; e o material que as duas pesquisadoras produziram juntas sobre as integrantes desse movimento (2011).

Referências bibliográficas

- BENCHIMOL, Jaime Larry. 1992. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração (Biblioteca Carioca, v. 11).
- BIRMAN, Patrícia. 2008. "Favela é comunidade?". In: L. A. M. da Silva (org.), *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Faperj/Nova Fronteira. pp. 99-114.
- BIRMAN, Patrícia; FERNANDES, Adriana; PIEROBON, Camila. 2014. "Um emaranhado de casos: Tráfico de drogas, estado e precariedade em moradias populares. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, 20(3):431-460.
- BRITO, Felipe. 2013. "Considerações sobre a regulação armada de territórios cariocas". In: Felipe Brito; Pedro Rocha Oliveira (orgs.), *Até o último homem: visões cariocas de administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo. pp. 79-114.
- BURGOS, Marcelo T. B. 1998. "Dos Parques Proletários ao Favela Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro". In: A. Zaluar; M. Alvito (orgs.), *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. pp. 25-60.
- BUTLER, Judith. 2010. *Marcos de guerra*. Madrid: Editora Paidós.
- _____. 2009. *Vidas precárias. El poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Editora Paidós.
- CARDOSO, Elisabeth Dezouart et. al. 1987. *História dos bairros: Saúde, Gamboa, Santo Cristo* – João Fortes Engenharia. Rio de Janeiro: Editora Index.
- CARMAN, María. 2006. *Las trampas de la cultura: los "intrusos" y los nuevos usos del barrio de Gardel*. Buenos Aires: Paidós.
- _____. 2008. "Usinas de miedo y esquizopolíticas en Buenos Aires". *Revista de Antropología Iberoamericana*, 3(3): 398-418.
- CAVALLIERI, Fernando; VIAL, Adriana. 2012. "Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010". *Coleção Estudos Cariocas – IPP*, 20120501:1-18.
- CYRULNIK, Boris. 2009. *Autobiografía de um espantelho*. São Paulo: Martins Fontes.
- DAS, Veena. 2007. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. Los Angeles, California: University of California Berkeley Press.
- _____. 2004. "The signature of the State". In: V. Das; D. Poole (orgs.), *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press. pp. 225-252.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. 2004. "State and its margins: comparative ethnographies". In: *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: School of American Research Press. pp. 3-33.
- DELGADO, Fernando R.; DODGE, Raquel E. F.; CARVALHO, Sandra. 2001. *São Paulo sob achaque: corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006*. Rio de Janeiro: Justiça Global.
- DELGADO, Manoel. 2008. "Barcelona: urbanismo versus urbano". In: *Ciudades en (re) construcción: necesidades sociales, transformación y mejora de barrios*. Colección Estudios, Serie Territorio. Barcelona: Dirección de Comunicación de la Diputación de Barcelona. pp. 153-160.

- DURAND, Gilbert. 2002. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes.
- FARIAS, Juliana. 2008. "Da asfixia: reflexões sobre a atuação do tráfico de drogas nas favelas cariocas". In: L. A. Machado da Silva (org.), *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Faperj/Nova Fronteira. pp. 169-199.
- _____. 2014. *Governo de mortes: uma etnografia da gestão de populações nas favelas do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. 2011. *Fronteiras da tensão. Política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Ed. Unesp/CEM/Cebrap.
- FERNANDES, Adriana. 2013. *Escuta ocupação: arte do contornamento, viração e precariedade no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- _____. 2014. "Escombros, entulhos, vestígios e ruínas. Sobre o incêndio no Camêlódromo do Rio de Janeiro". *Revista Intratextos*, 5:95-112.
- FERREIRA, Letícia Carvalho de M. 2011. *Uma etnografia para muitas ausências: O desaparecimento de pessoas como ocorrência policial e problema social*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro
- FORTUNA, Carlos José Cândido Guerreiro. 1997. "Évora: Um caso de destradicionalização da imagem da cidade". *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, 91:1-24.
- FOUCAULT, Michel. 2004. *Vigiar e punir. O nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes.
- _____. 1979. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graas.
- _____. 2008. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. 2007. "A favela que se vê e que se vende: Reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22:61-72.
- FRIDMAN, Luis Carlos. 2008. "Morte e vida favelada". In: L. A. Machado da Silva (org.), *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Faperj/Nova Fronteira. pp. 77-107.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. 1994. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- GÓMEZ, M. & SINGH, D. Z. 2008. "La (re) valorización de la zona sur y su patrimonio histórico-cultural como recurso turístico". In: H. Herzer (org.). *Con el corazón mirando al sur*. Buenos Aires: Espacio Editorial. pp. 325-367.
- GONÇALVES, Rafael Soares. 2015. "Favelas cariocas, acesso a direitos e políticas urbanas: práticas e discursos". In: P. Birman; M. P. Leite; C. Machado; S. de S. Carneiro (orgs.), *Dispositivos urbanos e trama dos viventes – ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV. pp. 141-161.
- GORELIK, Adrián. 2005. "A produção da 'cidade latino-americana'". *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, 17(1):111-133.
- GUIMARÃES, Roberta Sampaio. 2011. *A utopia da pequena África: Os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GUTTERRES, Anelise dos Santos. 2014. *A resiliência enquanto experiência de dignidade: antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e*

- contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- _____. 2015. "Experiência cartográfica na Pedra Lisa – resistência e habitação popular na Região Portuária do Rio de Janeiro". In: Rachel Barros; Anelise Guterres; Joana Barros (orgs.), *Zona portuária do Rio de Janeiro: sujeitos e conflitos (Caderno 5)*. Rio de Janeiro: FASE. pp. 27-39.
- HALBWACHS, Maurice. 2006. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro.
- HALL, Stuart. 2006. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- HIRATA, Daniel. 2010. Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo.
- HERZER, Hilda (org.). 2008. *Con el corazón mirando al sur*. Buenos Aires: Espacio Editorial.
- HOLSTON, James. 2013. *Cidadania insurgente – disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras.
- JACOBS, Jane. 2000. *Morte e vida nas grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.
- JEGANATHAN, Pradeep. 2004. "Checkpoint". In: V. Das; D. Poole (orgs.), *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: School of American Research Press. pp. 67-80.
- LEITE, Marcia Pereira. 2008. "Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas". In: L. A. Machado da Silva (org.), *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Faperj/Nova Fronteira. pp. 115-143.
- _____. 2012. "Da 'metáfora da guerra' ao projeto de 'pacificação': favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 6(2):374-389.
- LEITE, Rogério Proença. 2002. "Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown". *RBCS*, 17(49):115-134.
- MAGALHÃES, Alexandre. 2013a. "O 'legado' dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro". *Revista Horizontes Antropológicos*, 19(40):89-118.
- _____. 2013b. Transformações no "problema favela" e a reatualização da "remoção" no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- MENEZES, Palloma. 2008. "Quando a favela se torna museu: reflexões sobre os processos de patrimonialização e construção de uma favela carioca como destino turístico". V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR) – GT 13 Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina, Caxias do Sul, *Anais*. 18 p. Mimeo.
- MESQUITA, Wania & FREIRE, Jussara. 2008. "Medos e silêncios em uma ordem violenta: percepções de moradores de uma favela carioca sobre a 'mineira'". 26ª Reunião Brasileira de Antropologia – GT 09 Rupturas e descontinuidades na vida cotidiana ritmadas pelas crises, medos, vulnerabilidades e vitimizações: saberes e práticas antropológicas em face dos riscos, dos desastres, das tragédias e das violências criminais como determinações sociais, Porto Seguro, *Anais*. 20 p. Mimeo.
- MORRIS, Ingrid & GARZÓN, Germán. 2010. *El Cartucho. Del barrio Santa Inés al Callejón de la Muerte*. Bogotá: Secretaría de Integración Social.

- NOBRE, Eduardo A. C. 2003. "Intervenções urbanas em Salvador: turismo e 'gentrificação' no processo de renovação urbana do Pelourinho". *Anais do X Encontro Nacional da Anpur*, ST5, pp. 1-11.
- ORTNER, Sherry. 2007. "Subjetividade e crítica cultural". *Horizontes Antropológicos*, 13(28):375-405.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. 2014. "Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios". *Mana. Estudos de Antropologia Social*, 20(1):125-161.
- RICOEUR, Paul. 1994. *Tempo e narrativa* (tomo 1). Campinas, SP: Papirus Editora.
- RILES, Annelise. 2006. "Introduction: a response". In: *Documents: artifacts of modern knowledge*. Ann Arbor: The University of Michigan Press. pp. 1-38.
- SALINAS, Luis Alberto Arreortua. 2013. "Gentrificación en la ciudad latinoamericana. El caso de Buenos Aires y Ciudad de México". *GeoGraphos*, 4(44):283-307.
- SANFELICI, Daniel. 2007. "Urbanismo neoliberal e gentrificação: as políticas de revitalização do centro de Porto Alegre/RS". *Ciência e Letras*, 41(1):188-203.
- SANTANA, Lucycleide Santos. 2006. Os vazios urbanos nos centros de cidades como lugar para habitação de interesse social: o caso de maceió/AL. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoa, Maceió – AL.
- SMITH, Neil. 2001. "Nuevo globalismo, nuevo urbanismo". *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, 38:15-32.
- VIANNA, Adriana. 2013. "Violência, Estado e gênero: considerações sobre corpos e corpus entrecruzados". In: A. C. Souza Lima & V. G. Acosta (orgs.), *Margens da violência: contornos estatais e sociais do problema da violência nos contextos mexicano e brasileiro*. Brasília: ABA. pp. 209-237.
- VIANNA, Adriana & FARIAS, Juliana. 2011. "A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional". *Cadernos Pagu*, 37:79-116.
- TELLES, Vera. 2010. "Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade". *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 2(5)-6:97-126.
- TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (orgs.). 2006. *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.
- TELLES, Vera; HIRATA, Daniel. 2010. "Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo". *Tempo Social*, 22(2):39-59.
- ZALUAR, Alba. 1994. *Condomínio do dia-bo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- ZUKIN, Sharon. 1987. "Gentrification: culture and capital in the urban core". *Annual Review of Sociology*, 13:129-147.
- VALLADARES, Licia. 2000. "A gênese da favela carioca". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(44):5-34.
- VAZ, Lilian Fessler. 1994. "Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro". *Análise Social*, xxix(127-3°): 581-597.

Resumo

O artigo aborda a existência de um discurso de esvaziamento que produz concomitantemente a urgência de um preenchimento, criando zonas com potencial de gentrificação. A partir de experiências vividas por moradores ameaçadas de remoção na zona portuária do Rio de Janeiro – especificamente na favela da Providência e seus arredores – o artigo explora as orientações da governamentalidade na produção de deslocamentos forçados, destacando a resiliência como parte de um conjunto de resistências acionadas por essas moradores para permanecerem na favela. Reconhecendo a produção de um processo de *desabitación*, o texto descreve as práticas de Estado, especialmente através do rumor e do terror, na construção de territórios de vulnerabilidade.

Palavras-chave Resistência, Estado, Gentrificação, Favela, Remoção.

Abstract

The article discusses the existence of a discourse of vacancy which produces a corresponding need to occupy, creating zones with the potential for gentrification. Based on the experiences of residents threatened with forced removal from the port area of Rio de Janeiro – specifically in the “Favela da Providência” and its surroundings – the article explores the governmental guidelines for forced displacements, stressing resilience as part of a set of resistances mobilized by these residents in order to remain in the favela. Identifying the production of a process of *de-habitation*, the article describes the State policies, particularly those based on rumour and terror, in the construction of territories of vulnerability.

Key words Resistance, State, Gentrification, Slum, Displacements.